



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Trata-se, portanto, da primeira etapa do planejamento para contratação de empresa especializada.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Contratação de empresa especializada para a elaboração de Plano de Segurança de Barragem, que deve conter Projeto As Built, Ensaios geotécnicos, Estudo Dam Break, Sistema de Monitoramento, Plano de Segurança Emergencial e Inspeção de Segurança Regular.

Vale destacar, que o município foi notificado pelo IAT – Instituto Água e Terra em 28/02/2023, tendo, portanto, o dever legal de apresentar os itens acima citados, sob pena de multa.

A notificação IAT 30/2023 (28/02/2023), classifica a barragem do Lago Dourado como sendo de categoria de risco médio, com dano potencial alto. Em 2025, o município recebeu outra notificação do IAT, nº 068/2025, a qual estabelece um prazo de 12 meses para apresentar os documentos acima citados.

A segurança da barragem do Lago Dourado é, sem dúvida fator de preocupação para os gestores que possuem consciência da importância de preservar a integridade da referida barragem, minimizando os riscos para a população do bairro Sagrada Família, situado mais abaixo.

A contratação de empresa para elaborar o Plano de Segurança atenderá a notificação do município pelo IAT e oferecerá informações mais precisas sobre a estrutura e o estado de conservação da barragem do Lago Dourado.

Nesse sentido, o Plano de segurança vem contribuir para que em casos de enchentes, seja possível dimensionar a tensão e a capacidade da barragem, aumentando a segurança.

1. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Solução 01: Execução pela própria prefeitura – inviável, por não haver no quadro de servidores do município, profissionais com a formação e capacitação exigidos para a execução do objeto.

Solução 02: Execução por empresa especializada - por tratar-se de serviço específico, único, e, que nunca houvera sido executado anteriormente, entende-se que a melhor solução é contratar empresa que possua em seu quadro de colaboradores, profissionais habilitados para realizar os levantamentos, testes e medições necessários à elaboração de todas as etapas do serviço.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do município. Contudo, não está prevista no PCA de 2024 por tratar-se de



notificação, não podendo, portanto, ser prevista. Quanto ao PCA de 2025, também não houve previsão, a qual será considerada para o PCA 2026.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, conhecida como Lei de Segurança de Barragens, estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

O responsável técnico pela Revisão Periódica de Segurança da Barragem deverá ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, com atribuições profissionais para o projeto ou construção ou operação ou manutenção de barragens, compatíveis com as definidas pelo Conselho.

A Revisão Periódica de Segurança de Barragem deve ser conduzida por equipe especializada, com competência nas diversas disciplinas que envolvem a segurança da barragem, designadamente hidrologia, hidráulica, geotecnia, estruturas, tecnologia de concreto, e outras correlatas.

A Proponente deve apresentar uma relação de todos os profissionais de nível superior que irão compor a Equipe-Técnica Chave.

Engº Coordenador Geral	Profissional com experiência em projetos de recuperação de barragens, envolvendo análise da documentação existente, vistorias técnicas, diagnóstico e projetos de recuperação de obras civis e equipamentos hidromecânicos e elaboração de manuais de segurança.
Engº Geotécnico	Profissional com experiência em projetos geotécnicos de barragens.
Engº Estrutural	Profissional com experiência em projetos estruturais de barragens e/ou projetos estruturais de recuperação de barragens.
Engº Hidrólogo	Profissional com experiência em estudos hidrológicos para projetos de barragens
Engº Hidráulico	Profissional com experiência em projetos hidráulicos de barragens e/ou projetos hidráulicos de recuperação de barragens

O "Curriculum Vitae" do Coordenador Geral deverá estar acompanhado de atestado e da Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA, indicando que o profissional tenha participado na condição de Responsável Técnico e/ou Coordenador em projetos de barragens do mesmo tipo, com altura superior a 15 m ou volume maior ou igual a 3 m³/h.

Os currículos dos profissionais da Equipe-Chave deverão estar acompanhados das Certidões de Acervo Técnico (CAT), expedidas pelos respectivos órgãos de classe, com a indicação de ter o profissional participado em contratos, cujos serviços realizados contemplem a área de atuação para qual o profissional tenha sido indicado.

Os currículos dos profissionais das Equipes Chave e Complementar deverão estar acompanhados de declaração autorizando sua inclusão na Equipe Técnica.

O Coordenador Geral, o Engenheiro Geotécnico, o Engenheiro Estrutural e o Engenheiro Hidrólogo deverão apresentar declaração indicando que têm disponibilidade de tempo para executar os respectivos serviços.



A substituição de qualquer dos profissionais integrantes da Equipe Técnica Chave antes ou no decorrer da execução dos serviços somente será admitida mediante fatos supervenientes, fortuitos ou de força maior, devendo ser substituído por profissional de perfil técnico equivalente ou superior, mediante prévia autorização do Empreendedor.

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, em nome da proponente;
- b) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado.
- c) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.
- d) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum);
- e) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação nos moldes do art. 67, VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A contratação tratará da execução de um Plano de Segurança de Barragem, completo, ou seja, executar o processo e apresentar os relatórios solicitados a fim de atender a notificação do IAT.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Valor estimado R\$ 130.000,00.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Contratação de empresa capacitada para a elaboração do Plano de Segurança da Barragem, contendo: Projeto As Built, Ensaios geotécnicos, Estudo Dam Break, Sistema de monitoramento, Plano de Segurança da Barragem, Plano de Segurança Emergencial e, Inspeção de Segurança Regular.



O valor do contrato refere-se ao conjunto de projetos que comporão o Plano de Segurança da Barragem. Uma vez feito este trabalho, a contratada deverá encaminhar anualmente ao município o relatório Inspeção de Segurança Regular.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Pretende-se realizar a contratação de empresa para prestação do serviço incluindo mão de obra, responsabilidade técnica, material e deslocamento.

Dada a circunstância de que a empresa vencedora deverá executar um estudo completo da estrutura do solo e condições da barragem, não é possível fracionar ou dividir em cotas.

8. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Os resultados a serem alcançados são:

- Indicação de possíveis falhas de segurança na barragem, que permitam imediata correção e elaboração de projeto de correção, se for o caso;
- Consolidação de um sistema confiável de monitoramento e controle das condições da barragem;
- Possibilitar a hierarquização da informação de modo a definir objetivamente a secretaria ou departamento responsável pela barragem;
- Assegurar aos moradores a jusante sobre a efetiva segurança da barragem com base em critérios técnicos confiáveis.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Devido à complexidade e natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	José Carlos Ventura Júnior
Fiscal Administrativo:	Mariza Silvestro
Fiscal de Recebimento/Execução:	Bruno Henrique Drun
Fiscal Técnico:	Marcio Shikasho
Suplentes (Fiscal de execução):	Cleverson Aléssio da Silva

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para suprir a necessidade de elaboração do Plano de Segurança de Barragem ou qualquer dos seus anexos, não há atualmente contratação correlata.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)



Entendendo que a elaboração dos testes necessários a elaboração do Plano de Segurança da Barragem não gera resíduos contaminantes, ainda assim, Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa capacitada para elaboração do plano de segurança de barragens com todos os seus componentes

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala; A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade de concorrência, tendo como critério de julgamento melhor técnica e preço, com prestação imediata, na forma continuada.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: **concorrência**

Critério de julgamento: **melhor técnica e preço** (Anexo I)

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Modalidade de licitação: **Concorrência**; Critério de julgamento: melhor **técnica e preço**; Modo de disputa: o modo de disputa será fechado.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Análise de risco em documento anexo.

Falta de Qualificação Técnica: Se a equipe responsável pelo estudo não possuir a qualificação técnica adequada ou experiência suficiente em projetos semelhantes, isso pode comprometer a precisão e a confiabilidade dos resultados



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Falhas nos Equipamentos: Problemas técnicos com equipamentos de medição e monitoramento podem comprometer a qualidade dos dados coletados durante o estudo.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica.

Dois Vizinhos, 04 de novembro de 2024.

Cleverson Aléssio da Silva

Técnico em Agropecuária

Sec. Munic. Desenv. Rural, Meio Ambiente e Rec. Hídricos

Matrícula funcional 8770-1